

**FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE - FADIVALE**

Reconhecida pelo Decreto 74.922 de 21/11/1974

**NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO CIENTÍFICA - NCC**

Rua Arthur Bernardes, 533 – 1º andar – Fone: 3271-2004

www.fadivale.com.br



**NORMALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS<sup>1</sup>:**  
diretrizes para discentes, docentes e pesquisadores da FADIVALE

Organizadores:

Prof<sup>a</sup>. Mírian Célia G. de Almeida

Prof. Denílson M. Gusmão

Atualizadores:

Prof<sup>a</sup>. Mírian Célia G. de Almeida

Prof<sup>a</sup>. Alzira Eça de A. Faustino

Governador Valadares – MG

Fevereiro/2003

---

<sup>1</sup>Atualizações: jul. 2005, jan. 2008, jul. 2011, fev. 2013, fev. 2016, fev. 2017.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Estrutura do projeto de pesquisa.....	5
Quadro 2 – Modelo do cronograma do projeto de pesquisa.....	6
Quadro 3 – Disposição de elementos.....	10
Figura 1 – Estrutura dos trabalhos acadêmicos.....	11

OBS.: Elemento opcional, que deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número da página. Quando necessário (a partir de 6 (seis), recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros).

Exemplo: se o trabalho tiver 6 Quadros, 3 Figuras e 5 Esquemas recomenda-se a elaboração de uma lista própria para os quadros (em número de seis ou mais) e outra onde se relaciona as 3 figuras e os 5 esquemas contendo o nº da página onde se visualiza cada elemento.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>1</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
1.1 OBJETIVOS.....	3
<b>2 TIPOS DE TRABALHOS ACADÊMICOS.....</b>	<b>4</b>
<b>3 ESTRUTURA.....</b>	<b>10</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO FORMAL DOS TRABALHOS.....</b>	<b>13</b>
4.1 DAS NORMAS TÉCNICAS (NBR 14724/2005).....	13
4.2 DAS CITAÇÕES NO CORPO DO TRABALHO.....	15
4.2.1 Citação direta.....	15
4.2.2 Citação indireta ou parafraseada.....	17
4.2.3 Citação de citação (apud).....	18
4.3 ALGUMAS EXPRESSÕES LATINAS E ABREVIATURAS.....	20
4.4 DAS REFERÊNCIAS.....	21
4.4.1 Alguns modelos de referências.....	22
4.5 DAS CITAÇÕES E REFERÊNCIAS DE JURISPRUDÊNCIAS.....	33
4.6 MODELOS: normas2 e normas3.....	36
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir de 1994, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo dos cursos jurídicos no Brasil - Portaria n. 1.886, de 30 de dez. de 1994, revogada pela Resolução CNE/CES N° 9, de 29 de set. de 2004.

As novas propostas representam um passo importante no sentido de conjugar ensino, pesquisa e extensão.

No que se refere à pesquisa, a obrigatoriedade da elaboração, apresentação e defesa de um trabalho de conclusão de curso (TCC), perante banca examinadora, significa a garantia para que todo futuro profissional da área jurídica vivencie a experiência de desenvolver atividades na área da iniciação científica.

Por isso, as diretrizes aqui apresentadas são para facilitar o procedimento na elaboração dos trabalhos acadêmicos do Curso de Direito da FADIVALE, contribuindo, assim, para o exercício da produção e difusão do conhecimento científico.

### 1.1 OBJETIVOS

a) Fornecer aos graduandos, professores e pesquisadores um guia prático de normatização e apresentação dos trabalhos científicos de acordo com a padronização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

b) Desmistificar o tabu existente nesta área, tornando a elaboração da formatação dos trabalhos acadêmicos apenas um procedimento formal sem se sobrepor ao estudo e à pesquisa;

c) Facilitar a catalogação e armazenagem dos trabalhos científicos desenvolvidos na FADIVALE, bem como a disseminação do resultado das pesquisas entre as instituições de ensino superior e da sociedade em geral.

## **2 TIPOS DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

**a) Trabalhos acadêmicos:** documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto abordado.

Segundo Azevedo (1992) e Medeiros (2007), os trabalhos acadêmicos mais comuns são, a saber:

### **Resumo**

É uma apresentação sintética e seletiva das ideias de um texto, ressaltando a progressão e a articulação delas. Nele devem aparecer as principais ideias do autor do texto. O redator do resumo deve seguir alguns procedimentos, a saber: ser redigido em linguagem objetiva; evitar a repetição de frases inteiras do original e respeitar a ordem em que as ideias ou fatos são apresentados. Não deve apresentar juízo valorativo ou crítico e deve ser compreensível por si mesmo, a tal ponto de dispensar a consulta ao original.

### **Resenha**

É um resumo crítico de determinado livro. Seu objetivo principal é incentivar a leitura do livro e dialogar com seu autor. As três seções principais da resenha são: introdução, resumo e opinião (inclui julgamentos de valor). Exige leitura e análise crítica da obra.

### **Revisão bibliográfica**

É uma compilação crítica e retrospectiva em torno de determinado assunto em várias obras. Seu objetivo é sintetizar as principais contribuições deixadas pelos autores e demonstrar o estágio atual da pesquisa sobre o tema. Exige leitura e análise crítica do material coletado.

## Projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa é o planejamento da pesquisa, nele constando elementos como delimitação do tema, formulação do problema, justificativa, fontes bibliográficas, metodologia, cronograma, entre outros. Seu objetivo é sistematizar todo o procedimento que terá pela frente na construção do TCC (monografia, artigo científico, relatório, entre outros).

O Quadro 1 apresenta a estrutura do projeto de pesquisa adotado na Fadvale.

Quadro 1 – Estrutura do projeto de pesquisa

	<b>CAPA</b> <b>FOLHA DE ROSTO</b> <b>SUMÁRIO</b>
<b>E</b>	<b>1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (de quem?)</b>
<b>S</b>	<b>2 OBJETO DA PESQUISA (o quê?)</b> 2.1 TEMA 2.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA 2.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA 2.4 HIPÓTESE(S)
<b>T</b>	<b>3 JUSTIFICATIVA (por quê?)</b>
<b>R</b>	<b>4 OBJETIVOS (para quê? O quê se pretende alcançar?)</b> 4.1 OBJETIVO GERAL 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<b>U</b>	<b>5 EMBASAMENTO TEÓRICO (em quê?)</b> 5.1 TEORIA DE BASE ou MARCO TEÓRICO 5.2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
<b>T</b>	<b>6 METODOLOGIA (como? Com quê?)</b> 6.1 MÉTODO 6.2 TÉCNICAS DE PESQUISA
<b>U</b>	<b>7 CRONOGRAMA (quando?)</b>
<b>R</b>	<b>8 SUMÁRIO PRÉVIO DO ARTIGO CIENTÍFICO</b>
<b>A</b>	<b>9 REFERÊNCIAS</b>
	<b>10 APÊNDICE(S)</b> (no caso de pesquisa de campo – questionário e entrevista)

Fonte: Marconi e Lakatos, 2009.



## Monografia

É a exposição exaustiva de um problema ou assunto específico investigado cientificamente, geralmente escrito como tarefa final de uma disciplina ou curso (graduação e pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*).

## Artigo científico

Trata de problemas científicos e apresenta resultados de estudos e pesquisas, sendo publicados em periódicos especializados. Sua abordagem é atual, muitas vezes temas novos. Sua redação leva em conta o público alvo. Quanto ao tipo podem ser analíticos, classificatórios ou argumentativos. O estilo, como em qualquer trabalho de natureza científica, deve ser claro, conciso e objetivo.

### Elementos de um artigo científico

Título do trabalho  
Autor  
Credenciais do Autor  
Resumo (português)  
Palavras-chave  
Resumo (língua estrangeira)  
Palavras-chave (língua estrangeira)  
Sumário  
INTRODUÇÃO  
DESENVOLVIMENTO  
CONCLUSÃO  
Referências  
Apêndice (se houver)  
Anexo (se houver)

Nas palavras de Medeiros (2007, p. 226), os motivos para a redação de um artigo são: “existência de aspectos de um assunto que não foram estudados suficientemente ou o foram superficialmente; necessidade de esclarecer uma questão antiga; inexistência de um livro sobre o assunto; aparecimento de um erro.”

## I - Normas para elaboração e apresentação do ARTIGO de conclusão de curso

a) O passo inicial é a elaboração de um PROJETO DE PESQUISA, visando esclarecer/definir o tema, o objeto a ser focalizado na pesquisa, seus objetivos, tanto o geral quanto os específicos, a metodologia de trabalho, bem como a bibliografia básica a ser consultada. No Quadro 1 é possível identificar a estrutura do projeto de pesquisa adotado na Fadvale e detalhada/explicada nas aulas de TCC ministradas no curso.

b) quantidade mínima de laudas: 12;



- c) quantidade máxima de laudas: 30;
- d) fonte: Arial 12;
- e) tamanho da folha: A-4;
- f) espaço entre as linhas: 1,5, e margem 3 cm à esquerda e superior e 2 cm à direita e inferior;
- g) título e nome completo do(a) aluno(a) e professor(a) orientador(a), com local próprio da assinatura.
- h) um resumo de no máximo 500 palavras, capaz de transmitir uma ideia rápida e clara do conteúdo e das conclusões do trabalho, logo abaixo do título;
- i) no máximo cinco (05) palavras-chave logo após o resumo;
- j) um abstract, que é o resumo em inglês, ou resumen, em espanhol e as cinco palavras-chave também em inglês ou espanhol, respectivamente;
- l) sumário que será lançado logo após o resumo e o abstract e as palavras-chave;
- m) as referências devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – NBR 6023/02) e deverão ser colocadas, no fim do artigo, em ordem alfabética.
- n) as citações devem ser feitas no texto, utilizando o sistema autor-data (NBR 10520/02), ou seja, “Diniz (2000, p. 8)” para citações literais ou “Diniz (2000)” para citações parafraseadas. As citações em língua estrangeira deverão ser acompanhadas de sua respectiva tradução;
- o) as notas de rodapé serão utilizadas para notas explicativas e numeradas em ordem sequencial, colocada na página em que estiverem as chamadas;
- p) as tabelas devem conter número, título e fonte completa; os gráficos, além de número, título e fonte, devem vir acompanhados dos dados que os geraram;
- q) a revisão do texto em português, inglês e espanhol é de responsabilidade do autor(a).

A estrutura do artigo científico da Fativale encontra-se no arquivo Normas3 – Artigo científico.

**b) Trabalhos<sup>1</sup> em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado)**

---

<sup>1</sup> Outros trabalhos acadêmicos são exigidos e realizados no decorrer dos cursos de pós-graduação e são regidos pelas diretrizes gerais da elaboração do trabalho científico.

## **Dissertação**

Destina-se à obtenção do grau acadêmico de mestre e deve revelar capacidade de sistematização e domínio do tema escolhido.

## **Tese**

Contribuição inédita para o conhecimento e apresentada para obtenção do grau acadêmico de doutor.

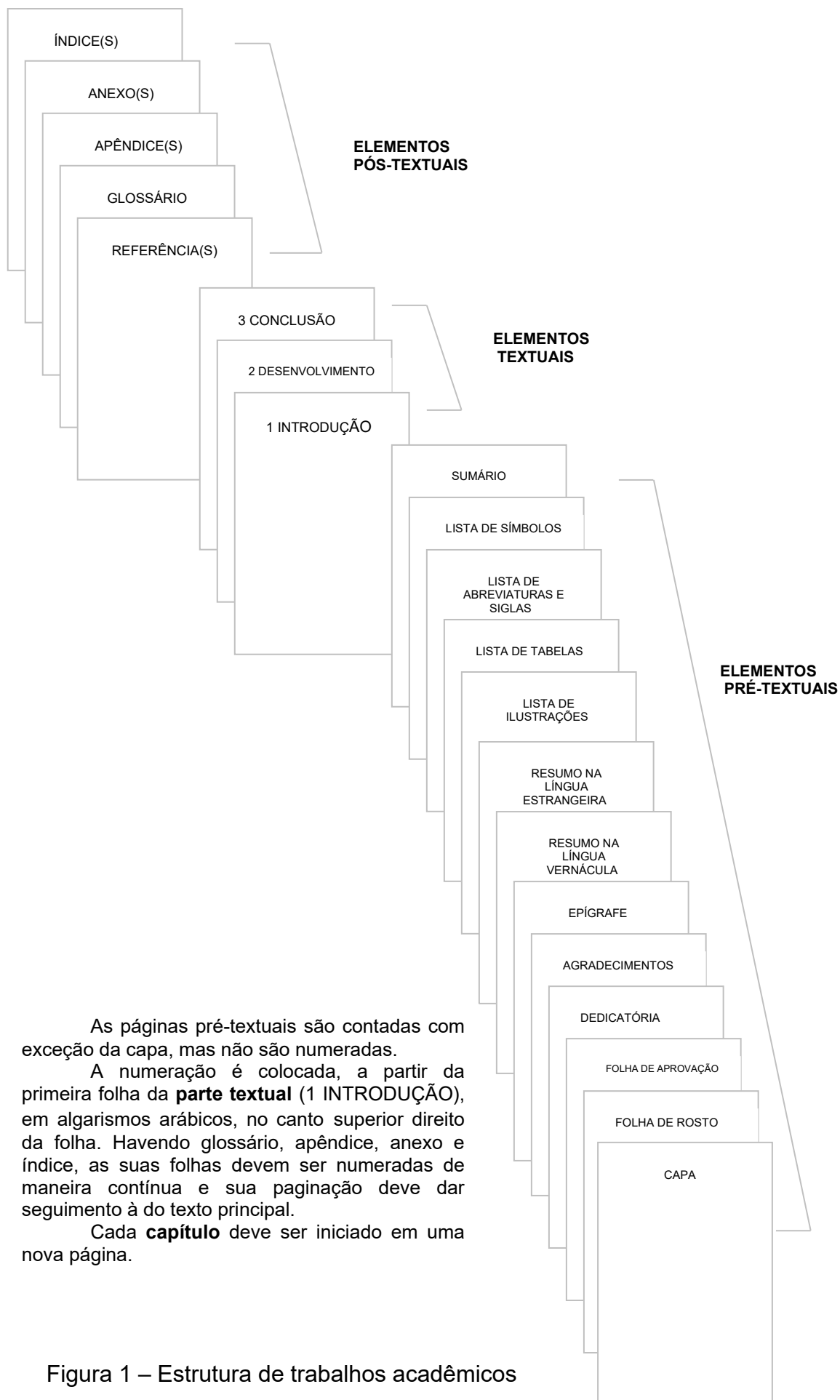
### 3 ESTRUTURA

A estrutura de trabalhos acadêmicos, dissertações ou teses, compreende: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. O Quadro 3 e Figura 1 apresentam a disposição de elementos. Para explicações detalhadas sobre cada elemento ver Norma Brasileira Registrada (NBR/ABNT) 14724/2005.

Quadro 3 – Disposição de elementos

ESTRUTURA	ELEMENTO
PRÉ- TEXTUAIS	CAPA <b>(obrigatório)</b> LOMBADA (opcional) FOLHA DE ROSTO <b>(obrigatório)</b> ERRATA (opcional) FOLHA DE APROVAÇÃO <b>(obrigatório)</b> DEDICATÓRIA(S) (opcional) AGRADECIMENTO(S) (opcional) EPÍGRAFE (opcional) RESUMO NA LÍNGUA VERNÁCULA <b>(obrigatório)</b> RESUMO NA LÍNGUA ESTRANGEIRA <b>(obrigatório)</b> LISTA DE ILUSTRAÇÕES (opcional) LISTA DE TABELAS (opcional) LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (opcional) LISTA DE SÍMBOLOS (opcional) SUMÁRIO <b>(obrigatório)</b>
TEXTUAIS	1 INTRODUÇÃO 2 DESENVOLVIMENTO 3 CONCLUSÃO
PÓS-TEXTUAIS	REFERÊNCIAS <b>(obrigatório)</b> GLOSSÁRIO (opcional) APÊNDICE(S) (opcional) ANEXO(S) (opcional) ÍNDICE(S) (opcional)

Fonte: ABNT-NBR 14724/2005



As páginas pré-textuais são contadas com exceção da capa, mas não são numeradas.

A numeração é colocada, a partir da primeira folha da **parte textual** (1 INTRODUÇÃO), em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha. Havendo glossário, apêndice, anexo e índice, as suas folhas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal.

Cada **capítulo** deve ser iniciado em uma nova página.

Figura 1 – Estrutura de trabalhos acadêmicos

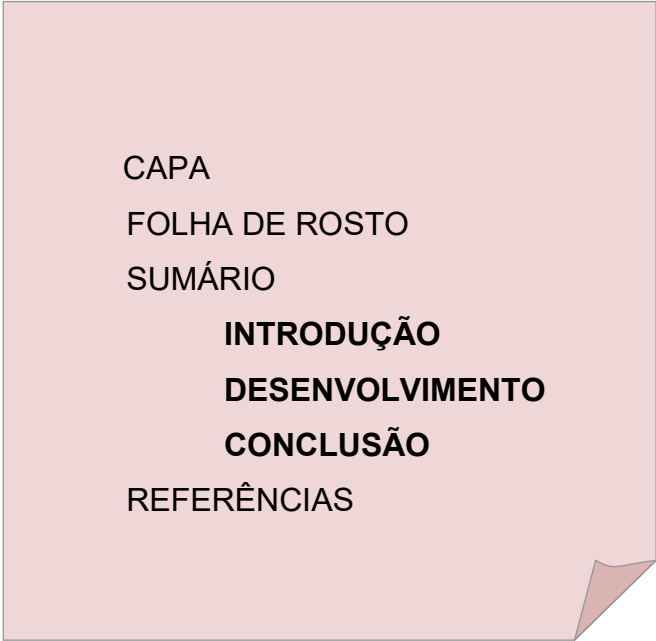
A seguir são apresentados os elementos mais utilizados na rotina acadêmica da Fatividade, a saber:

Tem-se que todo trabalho acadêmico apresenta como estrutura básica a introdução, desenvolvimento e conclusão.

A introdução deve ser breve, relacionada com o tema central e com a preocupação de atrair a atenção do leitor, destacando a questão problema.

O desenvolvimento composto de seções representa a parte principal do trabalho, uma vez que expõe a fundamentação da questão problema, com base nas citações literais e não literais (parafraçadas).

Por fim, a conclusão que consiste em um breve resumo da argumentação apresentada no desenvolvimento.



CAPA  
FOLHA DE ROSTO  
SUMÁRIO  
**INTRODUÇÃO**  
**DESENVOLVIMENTO**  
**CONCLUSÃO**  
REFERÊNCIAS

## 4 APRESENTAÇÃO FORMAL DOS TRABALHOS

### 4.1 DAS NORMAS TÉCNICAS (NBR 14724/2005)

Da capa até a última página, há procedimentos que devem ser executados de acordo com a padronização da ABNT, a saber:

#### **Papel**

Papel de cor branca, formato ofício A4 (21 cm x 29,7 cm).

#### **Espacejamento**

A digitação deve ser em espaço **1,5**, tipo da fonte **Arial**, corpo **12**, utilizando-se apenas o anverso da folha.

Cada **capítulo** deve ser iniciado em uma nova página, com exceção do TCC, modalidade artigo científico.

As citações de mais de três linhas, as notas, as referências, as legendas das ilustrações e tabelas, a ficha catalográfica, a natureza do trabalho, o objetivo, o nome da instituição a que é submetida e a área de concentração devem ser digitados em **espaço simples** (1,0).

As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por **espaço simples** (1,0) (ABNT NBR 14724:2011).

Os **títulos das subseções** devem ser separados do texto que os precede ou que os sucede por **um espaço 1,5** (ABNT NBR 14724:2011).

#### **Configuração da página**

As margens devem obedecer às seguintes especificações:

Margem esquerda: 3 cm

Margem superior: 3 cm

Margem direita: 2 cm

Margem inferior: 2 cm

As citações longas (com mais de 3 linhas de texto deverão ter recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 10, espaço simples entrelinha).

## Paginação

Todas as folhas de trabalho, **a partir da folha de rosto**, devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas. A numeração é colocada, a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha. Havendo glossário, apêndice, anexo e índice, as suas folhas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal.

## Numeração progressiva

Para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho, deve-se adotar a numeração progressiva para as seções do texto, conforme a NBR 6024/2003. **Os títulos das seções primárias, por serem as principais divisões de um texto, devem iniciar em folha distinta.**

Quando for necessário subdividir uma seção usando alíneas, os itens devem ser precedidos de letras minúsculas, seguidas de parênteses.

## Exemplo:

<b>1 SEÇÃO PRIMÁRIA – CAIXA ALTA (NEGRITADO) / TÍTULO</b>	
	1,5
a) alínea;	
b) alínea; e/ou	
c) alínea	
	1,5
<b>1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA – CAIXA ALTA (SEM NEGRITAR) / SUBTÍTULO</b>	

a) alínea;

b) alínea; e/ou

c) alínea

1,5

#### 1.1.1 Seção Terciária – caixa baixo (negrito)

1,5

a) alínea;

b) alínea; e/ou

c) alínea

1,5

#### 1.1.1.1 Seção Quaternária – caixa baixo (sem negitar)

1,5

#### 1.1.1.1.1 Seção Quinária – caixa baixo (sem negitar)

## 4.2 DAS CITAÇÕES NO CORPO DO TRABALHO

É a menção, no texto, de informação colhida de outra fonte (escrita ou oral), para esclarecimento do assunto em discussão ou para ilustrar ou sustentar o que se afirma.

As citações podem ser apresentadas de duas formas: diretas e indiretas.

### 4.2.1 Citação direta

Quando é feita a transcrição **literal** de palavras ou trechos de autores. A transcrição literal tem de ser fiel ao trecho transposto, de tal maneira que até eventuais erros (do autor ou da edição) do texto de origem devem ser transcritos.

Exemplo extraído do Código Civil e legislação civil, em vigor, de Theotônio Negrão: “art. 766 [...]. Parágrafo único. O herdeiro ou sucessor que fizer a remissão<sup>1</sup> fica sub-rogado nos direitos do credor pelas cotas que houver satisfeito”.

<sup>1</sup> Art. 766: “sic”, deve ser “remição”.



O “sic” será utilizado, inclusive, para os equívocos dos textos das decisões judiciais e das normas jurídicas.

As citações diretas, **com autor, ano e página**, são apresentadas da seguinte forma:

a) Citação de **até três linhas** é inserida no texto:

### Exemplos:

Os especialistas na área discutem que “a atuação reguladora da atividade econômica por parte do Estado está sujeita ao *princípio da subsidiariedade*, no que tange a deixar aos indivíduos a tarefa de regulamentar a própria atividade” (FONSECA, 1998, p. 236, grifo do autor).

Ou

Fonseca (1998, p. 236, grifo do autor) observa que “a atuação reguladora da atividade econômica por parte do Estado está sujeita ao *princípio da subsidiariedade*, no que tange a deixar aos indivíduos a tarefa de regulamentar a própria atividade”.

(AUTOR, ano, p. )

ou

Autor (ano, p. )

b) Citação mais longa (**mais de três linhas**) deve ser destacada com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra corpo 10 e espaço simples entrelinha, sem aspas.

### Exemplos:

No caso do abuso do poder econômico,

(2 x 1,5)

o direito de que se abusa é a liberdade econômica, liberdade de iniciativa, liberdade de concorrência etc. (ou seja, todos os direitos que assistem

→ 4 cm

aoagente econômico no Estado Liberal). Em princípio, nada há de ilícito com a utilização do poder econômico, sendo mesmo a expressão e exercício desses direitos a que nos referimos. [...]\*. No momento em que há abuso do poder econômico, há abuso do direito à liberdade econômica, liberdade de iniciativa, liberdade de concorrência, etc. O sujeito passa a fazer um uso “**anormal**”, “**reprovável**”, “**ilegítimo**”, “**imoral**” desses seus direitos. (FORGIONI, 1998, p. 276, grifo nosso\*\*).

**(2 x 1,5)**

Por isso, o Estado, cada vez mais, abarca um maior número de atribuições, intervindo assiduamente na vida econômica, para compor os conflitos de interesses de grupos ou de indivíduos.

Obs.: \* Significa supressão de texto.

\*\* Ênfase ou destaque com grifo ou negrito ou itálico no trecho copiado pelo autor do trabalho acadêmico. Caso o destaque seja do autor consultado, usa-se a expressão “grifo do autor”.

Ou

No caso do abuso do poder econômico, Forgioni (1998, p. 276) analisa que:

**(2 x 1,5)**

→ 4 cm

o direito de que se abusa é a liberdade econômica, liberdade de iniciativa, liberdade de concorrência etc. (ou seja, todos os direitos que assistem ao agente econômico no Estado Liberal). Em princípio, nada há de ilícito com a utilização do poder econômico, sendo mesmo a expressão e exercício desses direitos a que nos referimos. [...] No momento em que há abuso do poder econômico, há abuso do direito à liberdade econômica, liberdade de iniciativa, liberdade de concorrência, etc. O sujeito passa a fazer um uso “**anormal**”, “**reprovável**”, “**ilegítimo**”, “**imoral**” desses seus direitos.

**(2 x 1,5)**

Por isso, o Estado, cada vez mais, abarca um maior número de atribuições, intervindo assiduamente na vida econômica, para compor os conflitos de interesses de grupos ou de indivíduos.

(AUTOR, ano)

ou

Autor (ano)

#### 4.2.2 Citação indireta ou parafraseada

É a citação livre do texto, quando ocorre a reprodução de ideias, sem haver transcrição das próprias palavras do autor consultado, **com autor e ano**.

**Exemplos:**

O indivíduo e a sociedade buscam segurança, e nisso não diferem de qualquer outra espécie animal (ROSA, 2013).

Ou

De acordo com Rosa (2013), o indivíduo e a sociedade buscam segurança, e nisso não diferem de qualquer outra espécie animal.

#### 4.2.3 Citação de citação (apud)

apud: citado por,  
conforme, segundo.

Expressões usadas quando se transcrevem palavras textuais ou conceitos de autor sendo ditos por um segundo autor da fonte que se está consultando diretamente.

#### Exemplos:

a) citação de citação parafraseada

Para Venosa (2011) são três os requisitos para constituição da pessoa jurídica, vontade humana criadora, observância das condições legais para sua formação e finalidade lícita. Acrescentam-se ainda por Diniz (2002 apud FARIAS e ROSENVALD, 2007), a organização de pessoas ou destinação de um patrimônio afetado a um fim específico e capacidade jurídica reconhecida pela norma jurídica.

Ou

Para Venosa (2011) são três os requisitos para constituição da pessoa jurídica, vontade humana criadora, observância das condições legais para sua formação e finalidade lícita. Acrescentam-se ainda a organização de pessoas ou destinação de um patrimônio afetado a um fim específico e capacidade jurídica reconhecida pela norma jurídica (DINIZ, 2002 apud FARIAS e ROSENVALD, 2007).

Diniz (2002) é citada por Farias e Rosenvald (2007) e esta obra tem que ser listada no capítulo das REFERÊNCIAS.

Em outras palavras, usa-se a expressão apud (citado por, conforme, segundo), quando o pesquisador não tem acesso à determinada obra, mas cita trechos dela por intermédio da consulta a outras obras.

b) citação de citação literal

“[...] o viés organicista da burocracia estatal e o antiliberalismo da cultura política de 1937, preservado de modo encapuçado na Carta de 1946” (VIANNA, 1986, p. 172 apud SEGATTO, 1995, p. 214-215).

Ou

Vianna (1986, p. 172 apud SEGATTO, 1995, p. 214-215) “[...] o viés organicista da burocracia estatal e o antiliberalismo da cultura política de 1937, preservado de modo encapuçado na Carta de 1946”.

Como se observa, toda citação (direta ou indireta) é **INDISPENSÁVEL** a identificação imediata da fonte de onde esta foi retirada, por meio de chamadas referenciais que podem aparecer:

a) **Incluídas no texto (exemplos anteriores/ procedimento adotado pela Fadivale);**

b) Incluídas em notas de rodapé.

Essas chamadas podem ser de formas diversificadas, dependendo da natureza do trabalho. Contudo, o pesquisador deverá adotar uma única forma para que haja **uniformidade** de procedimentos.

Para explicações detalhadas sobre apresentação de citações em documentos ver NBR 10520/2002. **Local: NCC/BIBLIOTECA/FADIVALE**

#### 4.3 ALGUMAS EXPRESSÕES LATINAS E ABREVIATURAS

1) apud = citado por, conforme, segundo.	2) in = preposição latina que significa em. Precede nomes próprios e é usada quando se cita parte de um texto.
3) <i>loc. cit.</i> (loco citado) = no lugar citado, na obra citada. É usado se entre uma nota e outra interfere um autor diferente.	4) cap. = capítulo
5) ca. (circa) = aproximadamente (usada para datas)	6) op. Cit. (opus citatum) = na obra citada. Ex. CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, op. cit., p. 79
7) cf. = compare, conforme	8) Org. = Organização
9) Coord. = coordenação (entre parênteses, com letra inicial maiúscula)	10) p. = página
11) ed. = edição	12) Passim = aqui e ali. No caso de o pesquisador basear sua argumentação em várias partes do texto e tornar-se difícil a referência precisa. Ex. p. 190 passim...
13) <i>Idem</i> = do mesmo autor. Quando se tratar de citação do mesmo autor, mas de obra diversa, deve-se usar o termo <i>Idem</i> seguido do nome da obra.	14) p. ex. = por exemplo
15) et seq. (et sequentia) = e seguinte	16) s.d. = sem data [s.d.]
17) ex. = exemplo	18) Sequentia – Seg. = seguinte. Deve ser substituída pela expressão portuguesa. Um <b>s</b> para singular, dois para plural. Esta abreviatura não admite o ponto abreviativo: Ex. p. 150 s : p. 150 ss
19) i.e. (id est) = isto é	20) v. = volume
21) <i>Ibidem</i> = na mesma obra. Quando se tratar do mesmo autor e da mesma obra.	22) s.ed. = sem editor [s.ed.]
23) et al. (et alii) = e outros	24) t = tomo (dar preferência à abreviatura v. de volume. Usar números arábicos. Ex. t.1, t.2.
25) il. = ilustração ou ilustrado	26) s.n. = <i>sine nomine</i> (sem editora) [s.n.]
27) v.o. = ver original	28) S.l. = <i>sine loco</i> (sem local) [S.l.]
29) [1968] data certa, não indicada na publicação	30) meses: jan. fev. mar. abr. maio. jun. jul. ago. set. out. nov. dez.

[ca. 1970] data aproximada (ca.= <i>circa</i> ) [1993 ou 1994] um ano ou outro [1997?] ano provável [196-] década certa [198-?] década provável	
31) 3 v. = número de volumes	32) v. 3 = volume

Exemplos:

COPI, Irving M. **Introdução à lógica**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Mestre Jou [1994]. 488 p.

JOLIVET, R. **Curso de filosofia**. Tradução de Eduardo Prado de Mendonça. [S.l.: s.n], 1990.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luís Antonio; FARIA, Tales. **Todos os sócios do presidente**. 3. ed. [S.l.]: Scritta, 1992.

#### 4.4 DAS REFERÊNCIAS

Consiste na relação, em **ordem alfabética** e/ou numérica, das obras efetivamente mencionadas na elaboração do trabalho. A concepção de que o conhecimento é coletivo é a principal justificativa da necessidade da referência.

A referência é constituída de elementos essenciais e, quando necessário, acrescida de elementos complementares (informações que, acrescentadas aos elementos essenciais, permitem melhor caracterizar os documentos). Os elementos essenciais estão estritamente vinculados ao suporte documental e variam, portanto, conforme o tipo. Toda referência é alinhada à esquerda.

#### Dos elementos essenciais

AUTOR(ES). **Título**: subtítulo (se houver). edição. Local: Nome da editora, data de publicação.

#### NOTAS:

a) No caso de sobrenomes compostos - Neto, Filho, Júnior – o sobrenome aparece assim: SILVA NETO, Joaquim; SOUZA FILHO, Mário; OLIVEIRA JÚNIOR, Godofredo.

b) Recomenda-se a **uniformização** quanto à transcrição de **nomes próprios: todos por extensos ou todos abreviados**. Assim:

Exemplo:

BITTAR, E. C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FRANÇA, J. L. et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 3. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.

Exemplo:

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

TELES, Ney Moura. **Direito penal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 2 v.

#### 4.4.1 Alguns modelos de referências

##### ➤ LIVRO

###### a) Um autor

BITTAR, E. C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

###### b) Dois autores

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

###### c) Três autores

CASAGRANDE NETO, Humberto; SOUZA, Lucy; ROSSI, Maria Cecília. **Abertura do capital de empresas no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

###### d) Quatro autores ou mais

FRANÇA, J. L. et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 3. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.

###### e) Livro em 1ª edição

BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

#### **f) Livro em 2ª edição ou mais edição**

ICHIHARA, Ioshiaki. **Princípios da legalidade tributária na constituição de 1988**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

#### **g) Livro com título e subtítulo**

BITTAR, E. C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

#### **h) Livro com mais de um volume**

TELES, Ney Moura. **Direito penal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 2 v.

#### **i) Livro específico numa obra em vários volumes**

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1. (Coleção direito civil).

Nota: o número do volume é grafado em algarismo arábico.

#### **j) Livro com elementos complementares (coordenador, editor, organizador, compilador, etc. e tradução)**

MARCONDES, E.; LIMA, I. N. de (Coord.). **Dietas em pediatria clínica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

MOORE, W. (Ed.). **Construtivismo del movimiento educacional: soluciones**. Córdoba, AR.: [s.n], 1960.

LUJAN, R. P. (Comp.). **Um presente especial**. Tradução de Sonia da Silva. 3. ed. São Paulo: Aquariana, 1993. 167 p.

IHERING, R. von. **A luta pelo direito**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção a obra-prima de cada autor).

#### **l) Bíblia**

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução BALANCIN, Euclides Matins et al. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Tradução das introduções e notas de La Bible de Jérusalem. GORGULHO, Gilberto da Silva; STORNILO, Ivo; ANDERSON, Ana Flora. (Coord.) 2.ed. São Paulo: Paulus, 2003.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

#### **m) Dissertação de mestrado e tese de doutorado**

RODRIGUES, M. V. **Qualidade de vida no trabalho**. 1989. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.



CARVALHO, J. M. **A formação do professor e do pesquisador em nível superior no Brasil**: análise do discurso do governo e da comunidade acadêmica científica (1945-1964). 1992. 2 v. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

#### **n) Monografias**

RIBEIRO. César de Melo. **O tratamento tributário das empresas prestadoras de serviços em relação a outros segmentos empresariais**: uma análise do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido no lucro presumido. 2008. 47 p. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2008.

ALMEIDA, Mírian Célia Gonçalves de. **O princípio do poluidor pagador**: é possível cessar a socialização do prejuízo ambiental? 2004. 32 p. Monografia (Especialização em Direito Ambiental e Agrário) – Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2004.

#### **o) Autor entidade**

##### **Com indicação de autoria**

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993. 61 p.

PARÁ. Tribunal de contas dos municípios. **Roteiro prático de orientação aos municípios**. Belém: Edições CEJUP, 1993. 117 p. 21 cm. ISBN 85-338-0152-1.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto Astronômico e Geográfico. **Anuário astronômico**. São Paulo, 1988. 279 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Centro de Estudos em Enfermagem. **Informações pesquisas e pesquisadores em Enfermagem**. São Paulo, 1916. 124 p.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). **Classificação nacional e patentes**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1979. v. 9.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Desenvolvimento e justiça**: base da estabilidade: proposta programática do PMDB do Estado do Rio de Janeiro à Convenção Nacional do Partido. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do PMDB-RJ, 1989. 15 p.

##### **Sem indicação de autoria**

ARTES do livro. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995. 87 p., il., color., 29 cm. Texto em português com tradução em inglês. Catálogo da exposição realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, 21 de março a 14 de maio de 1995. ISBN 85-85316-05-5.

## p) Órgãos governamentais

BRASIL. Ministério do trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Educação profissional**: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995. 24 p.

BRASIL. Ministério do meio ambiente. Ações do MMA reforçam combate ao desmatamento e às mudanças climáticas. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=3833>>. Acesso em: 1 jan. 2013.

## ➤ CAPÍTULO DE LIVRO

### a) com o mesmo autor do livro

FORGIONI, P. A. O sistema da lei antitruste brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Os fundamentos do antitruste**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. cap. 3, p. 136-148.

### b) com autor diferente

LERDA, J. C. Globalização de economia e perda de autonomia das autoridades fiscais, bancárias e monetárias. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 239-262.

### c) Bíblia em parte

PROVÉRBIOS. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução BALANCIN, Euclides Matins et al. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Tradução das introduções e notas de La Bible de Jérusalem. GORGULHO, Gilberto da Silva; STORNILO, Ivo; ANDERSON, Ana Flora. (Coord.) 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

SALMOS. Português. In: **Bíblia sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. p. 495-566.

## ➤ ARTIGOS DE PERIÓDICOS (JORNAIS E REVISTAS)

### a) artigo de revista

(o negrito é usado no título do periódico)

GURGEL, C. Reforma do Estado e segurança pública. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.15-21, set. 1997.

ALVERGA, Carlos Frederico Rubino Polari de. Teoria marxista do estado capitalista: uma comparação entre Gramsci e Poulantzas. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2853, 24 abr. 2011. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/18964>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

ABRANCHES, Sérgio. Bravo Brasil. **Veja**, São Paulo, edição 1771, ano 35, n. 39, p. 114, 2 out. 2002.

TOURINHO NETO, F. C. Dano ambiental. **Consulex**- Revista Jurídica, Brasília, DF, ano 1, n.1, p. 18-23, fev. 1997.

FRANCO, Gustavo H. B. Nossa economia. **Época**, São Paulo, n. 494, p. 76, 5 nov. 2007.

#### **b) artigo não assinado**

PATERNIDADE: qual laboratório escolher? **Panorama da Justiça**, São Paulo, TecJus, ano 3, n. 13, ago./set. 1998

#### **c) coleção de revista**

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939. Trimestral. Absorveu Boletim Geográfico do IBGE. Índice acumulado, 1939-1983. ISSN 0034-72X.

BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1943-1978.

#### **d) número especial de revista**

CONJUNTURA ECONÔMICA. As 500 maiores empresas do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, v. 38, n. 9, set. 1984. 135 p. Edição especial.

#### **e) Suplemento de periódico**

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Mão-de-obra e previdência. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7. 1983. Suplemento.

#### **f) Fascículo de revista**

DINHEIRO: revista semanal de negócios. São Paulo: Ed. Três, n. 148, 28 jun. 2000. 98 p.

#### **g) Artigo de revista institucional**

ALMEIDA, Mírian Célia Gonçalves de. Mercados não-competitivos: abusos do poder econômico à luz da lei 8.884/94. **Revista da FADIVALE**, Governador Valadares, ano 1, n.1, p. 117-138, jan./dez. 2002.

#### **h) Artigo de Jornal Diário**

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.

#### **i) E-book**

BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson (Coord.) **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul: EducS, 2015. E-Book. ISBN 978-85-7061-785-9. Disponível

em: <[https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook\\_metodologia\\_da\\_pesquisa.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook_metodologia_da_pesquisa.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2017.

## ➤ OUTROS

### a) Folheto

MARTUSCELLO, Carmine. **Suicídio**: percepção e prevenção. 2.ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1993. 45 p. il.

### b) Relatório oficial, técnico-científico

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Relatório 1998**. Niterói, 1999. 149 p.

SOUZA, U. E. L. de; MELHADO, S. B. **Subsídios para a avaliação do custo de mão-de-obra na construção civil**. São Paulo: EPUSP, 1991. 38 p. (Série Texto Técnico, TT/PCC/01).

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28 p.

### c) Palestras, conferências

SILVA, Marcos. **Epistemologia jurídica**. Conferência proferida na Faculdade de Direito de Governador Valadares, 17 mar. 2010. Governador Valadares, 2010.

### d) Notas de aula

DUTRA, Getúlio Silva. **Pessoa jurídica**. Aula ministrada na Faculdade de Direito de Governador Valadares, 7 jun. 2011. Governador Valadares, 2011. (Notas de aula)

## ➤ TRABALHO PUBLICADO EM ANAIS DE CONGRESSO

MAYRINK, C. do C.; ALMEIDA, M. C. G. de. A exploração do trabalho infante-juvenil em Governador Valadares: uma visão jurídica, econômica e social. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2002, São Carlos. **Anais...** São Carlos: SEMESP, 2002. p. 841.

## ➤ REFERÊNCIAS DE LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, RESOLUÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

### a) Constituição Federal

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988: atualizada até a emenda constitucional n.º24, de 9-12-1999. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

### b) Emenda Constitucional

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional n.º 9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo

parágrafos. **Lex-Coletânea de Legislação e Jurisprudência: legislação federal e marginalia**, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

### **c) Medida Provisória**

BRASIL. Medida provisória n.º 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

### **d) Decreto**

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. **Lex-Coletânea de Legislação e Jurisprudência**, São Paulo, v. 62, n.3, p. 217-220, 1998.

### **e) Resolução do Senado**

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução n.º 17, de 1991. Autoriza o desbloqueio de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, através de revogação do parágrafo 2º, do artigo 1º da Resolução n.º 72, de 1990. **Coleção de leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

### **f) Consolidação de leis**

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Lex-Coletânea de Legislação: edição federal**, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

### **g) Resolução**

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução n.º 66, de 2 de maio de 1996. Aprova o novo regimento interno do Conselho Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, n.º 125, p. 11.944, seção 1.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução n.º 394, de 6 de novembro de 2007. Estabelece os critérios para a determinação de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res07/res39407.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

### **h) Código**

BRASIL. **Código civil**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

### **i) Vade Mecum**

BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o código de processo civil. In: **Vade Mecum acadêmico forense**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das contravenções penais. In: **Vademecum universitário de direito 2004**. Marcus Cláudio Acquaviva. 7. ed. atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula n.º 22. O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo. In: **Vademecum universitário de direito 2004**. Marcus Cláudio Acquaviva. 7. ed. atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004. p. 871.

BRASIL. Emenda constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas da transição e dá outras providências. In: **Vademecum universitário de direito 2004**. Marcus Cláudio Acquaviva. 7. ed. atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.º 53, de 19.12.2006. In: **Vade Mecum acadêmico forense**. Obra coletiva de autoria da ed. Saraiva com a colaboração de A. L. de Toledo Pinto, M. C. V. dos S. Windt e L. Céspedes. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

## j) Lei

GOVERNADOR VALADARES. Lei n.º 4.890, de 22 de agosto de 2001. Institui o programa municipal – centro de referência para atendimento da mulher em situação de violência e dá outras providências. Governador Valadares: Câmara Municipal, 2001.

## JURISPRUDÊNCIA (DECISÕES JUDICIAIS)

### Elementos

JURISDIÇÃO. Órgão judiciário. Título (natureza da decisão e ementa – elemento complementar) e número, partes envolvidas (se for mencionado no documento consultado), relator, local, data e **dados da publicação**.

## a) Apelação cível

BRASIL. Tribunal Regional Federal. Região, 5. Administrativo. Escola Técnica Federal. Pagamento de diferenças referente a enquadramento de servidor decorrentes da implantação de Plano Único de Classificação e Distribuição de Cargos e Empregos, instituído pela Lei n.º 42.441-PE (94.05.01629-6). Apelante: Edilemos Mamede dos Santos e outros. Apelada: Escola Técnica Federal de Pernambuco. Relator: Juiz Nereu Santos. Recife, 4 de março de 1997. **Lex-**

Jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 558-562, mar.1998.

### **b) Habeas Corpus**

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processual Penal. *Habeas corpus*. Constrangimento ilegal. *Habeas corpus* n.º 181.636-1, da 6ª. Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dez. de 1994. **Lex-**Jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, mar. 1998.

### **c) Súmula**

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula n.º 14. Não é admissível por ato administrativo restringir, em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. In: \_\_\_\_\_. **Súmulas**. São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 1994. p. 16.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n.º 58. **Lex:** Jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, ano 5, n. 52, p. 727, dez. 1993.

## **➤ DOCUMENTO EM MEIO ELETRÔNICO**

### **a) Disquete**

CNT – Catálogo de Normas Técnicas. 3. ed. São Paulo: Target: ABNT, 1997/1998, atual. 11/11/1997. 4 disquetes 3½, para windows.

### **b) Filmes e DVD (imagem em movimento)**

TÍTULO: subtítulo (se houver). Créditos (diretor, produtor, roteirista, elenco, entre outros, conforme mencionado no material). Local: produtora, data. Especificação em unidades, características de gravação, som, cor, dimensão.

OS PERIGOS do uso dos tóxicos. Produção de Jorge Ramos de Andrade. Coordenação de Maria Izabel Azevedo. São Paulo: CERAVI, 1983. 1 videocassete (30 min), VHS, son., color.

OS PERIGOS do uso dos tóxicos. Produção de Jorge Ramos de Andrade. Coordenação de Maria Izabel Azevedo. São Paulo: Look Films. 1 DVD.

DEUS e o diabo na terra do sol. Direção: Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes, 1964. 13 bobinas (125min.), son., p&b, 35mm.

### **c) CD-ROM**

ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. In: Machado de Assis: romances. São Paulo: Costa Flosi, [1998]. CD-ROM.

LOBO-marinho. Enciclopédia multimídia dos seres vivos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1998. CD-ROM. CD 2: Vertebrados 2, Mamíferos 2.

LEGISLAÇÃO brasileira: normas jurídicas federais, bibliografia brasileira de Direito. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. 1 CD-ROM. Inclui resumos padronizados das normas jurídicas editadas entre janeiro de 1946 e agosto de 1999, assim como textos integrais de diversas normas.

#### **d) Internet**

POLÍTICA. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dIDLPO>>. Acesso em: 8 maio 2015.

BRASIL, A. B. Assinatura digital não é assinatura formal. Disponível em: <[http://www.e-commerce.org.br/artigos/assinatura\\_digital.php](http://www.e-commerce.org.br/artigos/assinatura_digital.php)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **NET**, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/contexts/framearting.html>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

ALVES, Castro. **Navio negroiro**. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2000. Disponível em: <[www.virtualbooks.com.br/v2/ebooks/pdf/00065.zip](http://www.virtualbooks.com.br/v2/ebooks/pdf/00065.zip)>. Acesso em: 28 nov. 2016.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)>. Acesso em: 13 set. 2016.

WINDOWS 98: o melhor caminho para atualização. **PC World**, São Paulo, n. 75, set. 1998. Disponível em: <<http://www.idg.com.br/abre.htm>>. Acesso em: 10 set. 2013.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Pena de morte para o nascituro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 1998. Disponível em: <[http://www.providafamilia.org/pena\\_morte\\_nascituro.htm](http://www.providafamilia.org/pena_morte_nascituro.htm)>. Acesso em: 19 set. 2013.

VALENTE, Rubens; MATTOSO, Camila. Dez investigações da Lava Jato foram arquivadas após delações frágeis. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1835959-dez-investigacoes-da-lava-jato-foram-arquivadas-apos-delacoes-frageis.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

SILVA, R. N.; OLIVEIRA, R. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 4., 1996,



Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/educ/ce04.htm>>. Acesso em: 21 maio. 2013.

BRASIL. Lei n.º 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?Id=LEI%209887](http://www.in.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?Id=LEI%209887)>. Acesso em: 22 out. 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n.º 14**. Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. Disponível em: <<http://www.truenetm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Apelação cível**. Interesse de menor. Ação cautelar satisfativa. Apelação Cível n.º 80.136-9 da 6ª Câmara Cível, Rel. Des. Newton Luz, Curitiba, 09 mar. 2000. Disponível em: <<http://www.tj.pr.gov.br/scripts/weblink.mgw?MGWLPN=JURIS&LAB=CONxWEB&PGM=WEBPCNU88&N=80.136-9>>. Acesso em: 9 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1990. **Portal da Legislação**, Brasília, jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acesso em: 9 set. 2016.

ALMEIDA, M. C. G. Fichas para MARC [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[mtmendes@uol.com.br](mailto:mtmendes@uol.com.br)>. Acesso em: 26 jan. 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DA ÁGUA. A história do uso da água no Brasil. Do descobrimento ao século XX. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://historiadaagua.ana.gov.br/>>. Acesso em: 23 maio 2013.

**OBS.: AS REFERÊNCIAS DEVEM SER REUNIDAS NO FINAL DO TRABALHO EM UMA ÚNICA ORDEM ALFABÉTICA.**

**ANOTE:**

Eventualmente, o nome de um autor é referenciado em várias obras, neste caso, nas referências seguintes à primeira, pode ser substituído por um traço e ponto (seis espaços). Também o título da obra com várias edições.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001. p. 324 (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. **A terra e os devaneios do repouso**. Tradução de Paulo Neves da Silva. 2.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1990. p. 262 (Coleção Tópicos).

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução n.º 17, de 1991. Autoriza o desbloqueio de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, através de

revogação do parágrafo 2º, do artigo 1º da Resolução n.º 72, de 1990. **Coleção de leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

\_\_\_\_\_. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Lex-Coletânea de Legislação: edição federal**, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?Id=LEI%209887](http://www.in.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?Id=LEI%209887)>. Acesso em: 22 abr. 2013.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. São Paulo: Cortez, 2005.

**ANOTE:**

Eventualmente, o autor possui várias obras no mesmo ano, neste caso, utilizar as letras minúsculas do alfabeto, no ano, tanto na **REFERÊNCIA** como na **CITAÇÃO** da parte textual do trabalho acadêmico.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 304**. É ilegal a decretação da prisão civil daquele que não assume expressamente o encargo de depositário judicial. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/SCON/sumulas/doc.jsp?&b=SUMU&p=true&t=&l=20&i=4>>. Acesso em: 9 maio **2013a**.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 338**. A prescrição penal é aplicável nas medidas sócio-educativas. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=%40docn&&b=SUMU&p=true&t=&l=10&i=11>>. Acesso em: 9 abr. **2013b**.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. Parte geral. rev. ampl. e atual. até 1º de janeiro de 2011. Impetus, **2012a**. v.1.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito penal**. Parte especial. Impetus, **2012b**. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito penal**. Parte especial. Impetus, **2012c**. v. 3.

Para explicações detalhadas e outros exemplos sobre referências ver  
NBR 6023/2002.

**Local: NCC/BIBLIOTECA/FADIVALE**

#### 4.5 DAS CITAÇÕES E REFERÊNCIAS DE JURISPRUDÊNCIAS

a) Exemplo: **citação literal e referência** de jurisprudência:

[...]. A expectativa segundo entendimento desta Câmara, a indenização deve ser paga enquanto a vítima for viva, não podendo prevalecer o laudo que estimou em 75 anos, sob pena de se cometer - "summum jus", "summa injuria" - caso a vítima ultrapasse a idade calculada e fique desamparada quando for pessoa valetudinária, sem receber qualquer amparo, razão pela qual entendo que o percentual de 30% deve ser pago até o fim de sua vida. Honorários de 10% sobre a condenação é percentual que se ajusta à causa e sua complexidade. Recurso provido parcialmente. (TJRJ – AC 2700/2000 – (05092000) – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Joaquim Alves de Brito – J. 21.06.2000)\* (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 1).

\* Opcional

## REFERÊNCIA

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. **Apelação cível**. Indenização por acidente de veículo. Apelação Cível nº 2000.001.02700 da 9ª Câmara Cível, Rel. Des. Joaquim Alves de Brito, Rio de Janeiro, 21 jun. 2000. Disponível em: <<http://www.tj.rj.gov.br/scripts/weblink.mgw?MGWLPN=JURIS&LAB=CONxWEB&PGM=WEBPCNU88&N=200000102700>>. Acesso em: 9 maio 2010.

No exemplo seguinte falta a fonte bibliográfica, **o que torna a citação errada**:

[...]. A expectativa segundo entendimento desta Câmara, a indenização deve ser paga enquanto a vítima for viva, não podendo prevalecer o laudo que estimou em 75 anos, sob pena de se cometer - "summum jus", "summa injuria" - caso a vítima ultrapasse a idade calculada e fique desamparada quando for pessoa valetudinária, sem receber qualquer amparo, [...] Recurso provido parcialmente. Recurso provido parcialmente. (TJRJ – AC 2700/2000 – (05092000) – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Joaquim Alves de Brito – J. 21.06.2000).

b) Exemplo: **citação de citação (apud)**

Extraí a jurisprudência de um livro ou artigo científico, então a fonte é o autor do livro ou artigo, usar o **apud**.

A expectativa segundo entendimento desta Câmara, a indenização deve ser paga enquanto a vítima for viva, não podendo prevalecer o laudo que estimou em 75 anos, sob pena de se cometer - "summum jus", "summa injuria" - caso a vítima ultrapasse a idade calculada e fique desamparada quando for pessoa valetudinária, sem receber qualquer amparo, razão pela qual entendo que o percentual de 30% deve ser pago até o fim de sua vida. Honorários de 10% sobre a condenação é percentual que se ajusta à causa e sua complexidade. Recurso provido parcialmente. Recurso provido parcialmente. (RIO DE JANEIRO, 2000, p. 2 apud SILVA, 2001, p. 20).

## REFERÊNCIA

SILVA, J. Acidente de trânsito. **Consulex**- Revista Jurídica, Brasília, DF, ano 1, n.1, p. 18-23, fev. 2001.

**Obs.: procedimento não recomendado.**

### 4.6 MODELOS: Normas2 e Normas3

A seguir são apresentados modelos dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Esses elementos são condicionados à necessidade de cada tipo de trabalho (Ver arquivo **Normas2 – Estrutura trabalhos acadêmicos e Normas3 – Artigo científico**).

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – referências – elaboração**: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de citações em documentos**: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação**: NBR 14724. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação**: NBR 14724. 3. 3d. Rio de Janeiro, 2011. 11 p.

AZEVEDO, I. B. de. **O prazer da produção científica**. 4. ed. Piracicaba: Unimep, 1992. 206 p.

CASTILHO, M. A. de. **Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 93 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatórios, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**. A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2007.